

# UM DISCÍPULO AÇORIANO DE MAHAN: ALFREDO BOTELHO DE SOUSA

## subsídios para o estudo da sua vida e obra

por  
Carlos Guilherme Riley\*

Pareceu-me oportuno trazer aqui alguns subsídios para o estudo de um açoriano natural da ilha de S. Miguel, Alfredo Botelho de Sousa, cuja notoriedade no capítulo da História Militar portuguesa na primeira metade do século XX - quer pelo protagonismo político e militar desempenhado nas duas Grandes Guerras Mundiais, quer pelo labor historiográfico no domínio dos conflitos navais portugueses dos séculos XVI-XVII - , justifica sem dúvida a sua presença, enquanto objecto de estudo, no âmbito do presente Colóquio<sup>1</sup>.

Nascido na freguesia da Bretanha em 1880, Alfredo Botelho de Sousa passa a infância nas Capelas, sua terra adoptiva, após o que vem para Ponta Delgada onde frequenta o curso liceal, que completa em 1896. Parte da ilha de S. Miguel para ingressar na Escola Politécnica em Lisboa, donde transita em 1898 para a Escola Naval, dando aí entrada a 20 de Outubro como Aspirante de Marinha<sup>2</sup>.

Desconheço o que teria levado Alfredo Botelho de Sousa, filho de gente da terra sem tradições militares, a escolher a carreira da Armada, na

---

\* Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> O presente texto é o de uma comunicação apresentada ao colóquio *História militar dos Açores* (Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 5-6 Maio 1994), promovido conjuntamente pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso e pela Comissão Portuguesa de História Militar.

<sup>2</sup> Para a consulta sumária de informações biográficas veja-se a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Complementarmente, poderá ainda ler-se com proveito, de Carlos Carreiro, *Almirante Botelho de Sousa. Algumas notas inéditas da sua personalidade* (Ponta Delgada, Tip. do Diário dos Açores, 1961).

qual ingressou com o apoio do Marquês da Praia e Monforte<sup>3</sup>. Não será de estranhar, contudo, atendendo à sua condição de ilhéu, o envolvimento e interesse revelado pelas coisas do mar. Efectivamente, se há traço que ressalta ao longo da carreira de Botelho de Sousa é o seu verdadeiro apostolado relativamente à importância da Marinha, traduzido em diversos escritos de carácter científico ou propagandista, onde são contínuas as referências à obra e pensamento do norte-americano Mahan, cujo perfil biográfico procurarei sumariar de seguida.

Alfred Thayer Mahan<sup>4</sup> nasceu em West Point no ano de 1840, onde seu pai leccionava Engenharia na Academia Militar dos Estados Unidos. A inclinação pelo mar, desde cedo manifestada, leva-o a seguir caminhos contrários aos da vontade paterna e, após breve passagem pela Universidade de Columbia, em New York, transfere-se para a Academia Naval de Annapolis, onde conclui a formatura no ano de 1859. Após mais de vinte anos de serviço activo na Marinha de Guerra, o Capitão Alfred Mahan é convidado em 1884 a leccionar a cadeira de História e Tática Naval no recém-criado Naval War College de Newport, ponto de viragem decisivo na sua carreira, pois são as leituras e investigações históricas, então empreendidas nesse contexto, que o levam a pôr em evidência o significado histórico do controle dos mares, cuja importância nunca tinha sido até aí estudada ou teorizada.

É neste quadro que, em 1890, publica *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*, obra seminal do ponto de vista da doutrina do poder marítimo, que popularizará Mahan nos Almirantados de todo o mundo, e que influenciará de forma decisiva a estratégia imperialista e a política ultramarina de muitas nações nos finais do século XIX. O impacto das doutrinas de Mahan fora da América, tanto se dá em países cujas tradições navais eram antigas e poderosas, leia-se a Inglaterra, como entre

---

<sup>3</sup> António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa (n. 1829, m. 1913), conhecido filantropo micalense a quem Botelho de Sousa exprime postumamente a sua gratidão quando, em 1930, dedica à memória do falecido Marquês da Praia e Monforte aquela que poderemos considerar a sua *opus magna*, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia, 1585-1669* (4 vols., Lisboa, Imprensa da Armada, 1930-1951).

<sup>4</sup> Para um estudo biográfico detalhado veja-se W.D. Puleston, *The Life and Work of Captain Alfred Thayer Mahan* (New Haven, 1939). Todas as referências doravante aqui feitas à sua vida e obra são, contudo, baseadas no trabalho de Margaret Tuttle Sprout, "Mahan . Evangelist of Sea Power" (in *Makers of Modern Strategy . Military Thought from Machiavelli to Hitler*, Ed. by Edward Mead Earle [cap. 17], Princeton, Princeton University Press, 1971, pp. 415-445).

potências caracteristicamente continentais, que então acordam para a necessidade de adquirir colónias e se expandirem em termos ultramarinos, de que a Alemanha pós-Bismarck é o caso mais evidente. Muito embora os reflexos do trabalho de Mahan sejam sobretudo estudados dentro do círculo das potências de primeira grandeza<sup>5</sup>, a sua influência também se estendeu a Portugal e Alfredo Botelho de Sousa foi, entre nós, um dos seus mais destacados e consistentes discípulos.

As responsabilidades coloniais do Estado português em África, para as quais o país acorda em sobressalto na sequência da humilhação sofrida pelo *Ultimatum* de 1890, bem como a própria situação geográfica e as tradições históricas nacionais daí decorrentes em matéria de navegações e expansão ultramarina, eram razões mais do que suficientes para explicar o potencial de recepção às doutrinas de Mahan em Portugal, designadamente nos sectores militares ligados à Marinha e à política de fomento colonial<sup>6</sup>. Em síntese, aquilo que o norte-americano dizia era que a prosperidade económica de uma nação residia no seu poder naval que, por sua vez, dependia do comércio estabelecido pelos navios mercantes entre as colónias e a metrópole e também da capacidade militar para defender essas rotas comerciais e os seus respectivos portos através da marinha de guerra.

Em grande parte por força da conjuntura política internacional dos finais de oitocentos, Portugal viu-se impelido, após a derrocada do Estado da Índia e a independência do Brasil, a entrar no último ciclo colonial da sua história. Neste sentido, a política de desenvolvimentismo africano oferece um óptimo ensejo para fomentar a reestruturação naval portuguesa ou, no mínimo, a sua propaganda. Ou seja, à extraterritorialidade da nação em espaços ultramarinos, devia corresponder, segundo a doutrina de Mahan, a ubiquidade da sua Marinha. Contudo, no caso português, as carências do sistema naval faziam-se desde logo sentir ao nível da metrópole e do triângulo estratégico Lisboa - Açores - Cabo Verde, estando-se bem longe de alcançar um apetrechamento naval compatível com a dimensão colonial de então.

---

<sup>5</sup> Por potências de primeira grandeza em termos navais, na transição dos séculos XIX-XX, entendam-se, por ordem decrescente, a Inglaterra, os Estados Unidos da América, a França, a Alemanha, o Japão, a Rússia e a Itália.

<sup>6</sup> As colónias, que Mahan qualificava de "nurseries for commerce and shipping", eram um requisito fundamental de qualquer nação com ambições ou responsabilidades no domínio marítimo.

Não obstante este facto, o fomento colonial africano, combinado com a implantação da República em 1910, constituem uma conjuntura política excepcional, do ponto de vista corporativo da Marinha, para esta reclamar a urgência do reforço dos seus poderes no contexto da defesa e desenvolvimento nacional. É justamente neste período que decorre o processo formativo de Alfredo Botelho de Sousa, cujas primeiras leituras da obra de Mahan devem datar dos seus tempos de Aspirante na Escola Naval, entre 1898 e 1901.

Após comissões de serviço nos arquipélagos atlânticos dos Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, Botelho de Sousa é colocado na Divisão Naval do Índico em 1903, onde se manterá durante cinco anos até 1908, desenvolvendo trabalhos na Missão Hidrográfica estacionada em Lourenço Marques e, posteriormente, na Estação Naval da Índia. Aí, é promovido a 2º Tenente em 1904 e esta sua passagem pelo Índico onde, no século XVI, Portugal havia conquistado uma posição de domínio naval sem paralelo em toda a sua história, impressionou decerto o jovem oficial e estará porventura na base de alguns dos principais títulos da sua obra historiográfica, de entre os quais caberá destacar os *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia (1585-1669)*, em que o autor procura fazer do declínio do império marítimo português no Oriente (durante o domínio filipino e as guerras da Restauração) uma espécie de *case study*, pela negativa, das doutrinas de Mahan acerca da importância histórica do poder naval.

Problemas de saúde levam-no a abandonar a Índia em 1908, e após passagem pela Majória-General da Armada em Lisboa, regressa à sua ilha natal onde, entre 1910 e 1911, desempenha as funções de Capitão do Porto de Ponta Delgada. Menos de um ano decorrido sobre a implantação da República, Botelho de Sousa, em Maio de 1911, pede a exoneração desse cargo para ser proclamado, no mês seguinte, deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo de Vila Real e, a 25 de Agosto de 1911, é eleito Senador do Congresso da República Portuguesa.

Desconheço as convicções e ligações de Alfredo Botelho de Sousa ao movimento e Partido Republicano, que não estou, portanto, em condições de aqui aprofundar. Mas interessa-me destacar o seu envolvimento nos trabalhos do Senado, onde participa enquanto relator do orçamento da Marinha, justamente na medida em que a sua intervenção política me parece claramente pautada pela defesa corporativa dos interesses militares e, muito em particular, dos da Marinha.

Prova suficiente desta afirmação é a primeira obra que então publica, *Marinha e Defesa Nacional*<sup>7</sup>, significativamente subintitulada de *Doutrina*, e que, conforme confessa o próprio autor, foi composta nos intervalos das sessões do Senado com o assumido propósito de conscientizar a nação acerca do que apelida "sã doutrina da defesa nacional"<sup>8</sup>. Trata-se de um trabalho de propaganda, ao estilo caracteristicamente republicano do movimento de educação cívica, em que Botelho de Sousa revela um amplo e actualizado domínio da bibliografia sobre história e estratégia militar naval, na qual se inclui, como não poderia deixar de ser, a obra mais conhecida de Alfred Thayer Mahan.

Chegado a este ponto da exposição, gostaria de esclarecer que dificilmente poderemos dissociar a obra escrita de Botelho de Sousa, ela própria bastante multifacetada, dos cargos políticos e institucionais que ocupa ao longo da carreira. De facto, a sua intervenção política enquanto Senador republicano é ditada, como o próprio explica, pela incapacidade da sociedade civil portuguesa produzir, com a devida competência, um programa de defesa nacional<sup>9</sup>.

Ou seja, por imperativos de cidadania e patriotismo, aos quais não são alheios um espírito de corpo bastante aceso, o jovem oficial da Armada faz neste seu primeiro trabalho pedagogia política em matéria estratégica de defesa. Senão vejamos, face aos interesses ameaçadores da

---

<sup>7</sup> *Marinha e Defesa Nacional (Doutrina)*, Coimbra, França&Arménio Livreiros-Editores, 1912 [326 pp.]. Segundo confessa no Prefácio, não foi fácil a publicação do livro, pois "sendo o autor um desconhecido, e não sendo o nosso meio o mais próprio para estimular a publicação de trabalhos desta natureza, não admira que fossem encontradas dificuldades" (p. VIII).

<sup>8</sup> "... o único interesse do autor, quer directa, quer indirectamente, com esta publicação, é apenas concorrer para a segurança do país, dotando-o com os necessários elementos de defesa, não por espírito militarista ou para satisfação de vaidade de classe, mas apenas com intenções patrióticas e por estar convencido de que deste modo concorre para a prosperidade e manutenção da independência da Pátria". Idem, *Ibid.*, p. VII.

<sup>9</sup> "Cremos que nas bases de Constituição, apresentadas pelo sr. Teófilo Braga, eram excluídos do Congresso os militares em serviço activo. Mas, entre nós, com uma população deseducada, quanto aos princípios em que assenta a doutrina da defesa nacional, num país onde os assuntos que dizem respeito a essa defesa são estudados, pode dizer-se que exclusivamente, pelas classes militares, não seria razoável excluí-las do Congresso, porque nos sujeitaríamos a não ter aí quem tratasse com conhecimento tão importantes assuntos", *Ibid.*, p. 106.

Alemanha sobre as colónias portuguesas em África, de que um artigo publicado pelo célebre Professor Hans Delbrück em 1912 é a prova bem evidente, Botelho de Sousa chama a atenção para o facto da segurança da integridade territorial portuguesa não poder estar unicamente dependente dos tratados de aliança com a Inglaterra, nem de um conceito *passivo de defesa* inteiramente assente na importância estratégica das nossas colónias e dos pontos de apoio atlânticos para o predomínio marítimo do Império Britânico. Havia que fomentar, de raiz, uma política de defesa que levasse em consideração as responsabilidades navais da nossa realidade colonial e, por outro lado, estivesse minimamente preparada para honrar os compromissos portugueses na aliança inglesa

Os anos subsequentes da 1ª Grande Guerra, com a entrada de Portugal no conflito em 1916 e a participação na Conferência da Paz em 1919, confirmam em grande medida algumas das questões levantadas por Botelho de Sousa nesta sua primeira obra. Tanto assim é que o jovem oficial, já com a patente de Capitão-Tenente, integra a delegação portuguesa à Conferência de Versalhes e será um dos seus relatores mais destacados, aí actuando como ponta de lança dos interesses da Marinha.

A entrada de Portugal na Grande Guerra apanha Botelho de Sousa de novo em Ponta Delgada, onde se encontra colocado no Observatório Meteorológico, posto de que é exonerado a seu pedido para, entre 1917 e 1918, comandar o vapor *Almirante Paço D'Arcos* em missões de comboio na zona de guerra<sup>10</sup>. Nos finais de 1918, entra em comissão de serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a qual abandona em Julho de 1919 após o seu regresso de Paris. Estou em crer que entre a participação de Botelho de Sousa no Congresso da República Portuguesa, a publicação de *Marinha e Defesa Nacional* e a sua integração na Delegação Portuguesa à Conferência da Paz, existe um nexos que consiste na competência com que defende o reforço dos meios navais portugueses.

Não devemos esquecer que a Marinha é um dos principais esteios do regime republicano, sendo o ramo das Forças Armadas com objectivos mais claros e definidos acerca do seu programa de reestruturação, ao qual, evidentemente, se encontra ligada uma determinada visão da política

---

<sup>10</sup> O que lhe valerá o Grau de Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, atribuído em 5 de Junho de 1919, por comandar o vapor durante doze comboios (5595 milhas) e demais serviços em zona de guerra.

externa portuguesa que, no caso vertente, privilegiava a aliança inglesa e o eixo atlântico. Independentemente das fidelidades políticas, Botelho de Sousa é sobretudo fiel à Armada e cabe-lhe a responsabilidade de defender, nas negociações da Conferência da Paz, a execução do *Programa Mínimo do Estado-Maior Naval*, conforme já o evidenciou José Medeiros Ferreira no seu estudo sobre a participação portuguesa na Conferência de Versalhes<sup>11</sup>.

Não deixa de ser significativo que seja ele um dos quatro militares, e o único da Marinha, que integram a 1ª Delegação à Conferência nomeada por Sidónio Pais e que nessa mesma posição se mantenha após as mudanças políticas ocorridas em Portugal, as quais determinam alterações na composição da Delegação e sua respectiva chefia. De facto, como revela Medeiros Ferreira, ainda Afonso Costa não tinha ocupado o seu cargo à frente da Delegação Portuguesa, em substituição de Egas Moniz, e já lhe era endereçado um telegrama para o Hotel Continental de Paris onde se dava conta da "má impressão corporação Marinha afastando seu camarada Botelho de Sousa da Delegação Conferência Paz"<sup>12</sup>.

Mais elucidativo, contudo, é um ofício enviado pela Secretaria de Estado da Marinha ao Ministro dos Negócios Estrangeiros nesse mesmo sentido: "Sua Excelência o Ministro da Marinha encarrega-me de solicitar de Vossa Excelência o Ministério dos Negócios Estrangeiros que o capitão-tenente Alfredo Botelho de Sousa seja conservado na Delegação Portuguesa da Conferência da Paz, como *delegado técnico* nos assuntos que interessam às marinhas de guerra e mercante, atendendo à sua reconhecida competência, *estudos e interesses que tem tomado pelas coisas da Marinha do nosso País*, rogando mais para que Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros recomende, com o maior empenho, aos delegados portugueses, que prestem todo o apoio às suas propostas"<sup>13</sup>.

O ambicioso programa de reestruturação da Armada, à custa das compensações devidas pelos Aliados e pela Alemanha ao esforço de guerra português enquanto potência beligerante, procura, afinal, retomar a

---

<sup>11</sup> *Portugal na Conferência da Paz . Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992 (Vd. em especial, o cap.V intitulado "As Forças Armadas e os despojos de guerra", pp. 61-80).

<sup>12</sup> Telegrama datado de 16 de Março 1919. Cf. Idem, *Ibid.*, pp. 66, 95.

<sup>13</sup> Ofício datado de 17 de Março de 1919 (sublinhados nossos). Cf. *Ibidem*.

política de reapetrechamento naval iniciada pelo rei D. Carlos em 1896-1901, bem assim como, embora com maior moderação, o irrealista Programa Naval da República protagonizado em 1912 pelo 1º Tenente Pereira da Silva que, aliás, é um dos signatários do Relatório do Estado-Maior Naval elaborado em 1918, onde se estabelecem os objectivos a alcançar na Conferência de Versalhes.

Depressa Botelho de Sousa se dá conta da impossibilidade, política e financeira, do cumprimento destes objectivos, dada a fraca posição negocial portuguesa, e procura ainda salvaguardar o robustecimento possível dos interesses marítimos nacionais redigindo, no âmbito dos trabalhos da Delegação, um detalhado e exaustivo *Memorandum sobre a Marinha Mercante*, no espírito do qual estão subjacentes os ensinamentos de Mahan acerca da importância do comércio marítimo no contexto mais genérico do poder naval. Não obstante os seus esforços, as diligências diplomáticas subsequentes ao seu abandono da Delegação em Paris, não conseguirão com que a redistribuição da tonelagem dos navios alemães apesados nos portos nacionais durante a Grande Guerra seja feita a contento dos objectivos portugueses.

De regresso a Lisboa, certamente desiludido pelos resultados frustrantes da Conferência em relação às expectativas alimentadas pela Armada, Botelho de Sousa mergulha com afinco na actividade docente e de investigação, obtendo sucessivamente, em 1921 e 1922, a nomeação definitiva de lente da 11ª cadeira (Arte Militar Marítima) da Escola Naval, bem como a da 36ª cadeira (Material e Operações Navais) da Escola Militar. Outras expressões deste seu empenho como professor e estudioso dos assuntos navais são a sua nomeação, em 1923, para a Comissão de História Militar<sup>14</sup>, e as lições que, a partir de 1927, começa a ministrar ao Curso Naval de Guerra<sup>15</sup>.

Neste particular da sua carreira, cujos contornos se desenham de forma muito vincada na década de 20, Botelho de Sousa apresenta um evidente paralelismo com o percurso do almirante Mahan, na medida em que o seu magistério nas Escolas Naval e Militar terá sem dúvida servi-

---

<sup>14</sup> Por portaria do Ministério da Guerra de 15 de Dezembro de 1923

<sup>15</sup> A compilação dessas lições, precedida de um comentário preliminar do Comandante Silva Horta, encontra-se feita em *Os Factores Imponderáveis da Guerra*, Lisboa, Edições do Ministério da Marinha, 1970 (Col. Documentos nº2), publicada posteriormente à sua morte, que ocorre em 1960.

do de acicate ao delineamento da obra produzida no domínio da historiografia militar marítima. A publicação, em 1916, da *História da Guerra com os Holandeses no Brasil* é já um prenúncio desta fase, interrompida pela entrada de Portugal na 1ª Grande Guerra, mas depois prosseguida, já na década seguinte, com a edição das *Lições de Arte Militar Marítima* (1928-29) e com a do 1º volume, em 1930, dos seus ambiciosos *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, cuja continuação só será retomada na década de 50 (após passagem à Reserva) e que constituem manifestamente o maior projecto historiográfico, aliás inacabado, da sua vida.

Independentemente da produção historiográfica, que voltarei a retomar, valerá a pena assinalar outra faceta importante da obra de Botelho de Sousa, e à qual não será certamente alheia a posição que ocupou na Delegação portuguesa à Conferência de Versalhes. Refiro-me à sua profícua e regular colaboração na imprensa em matéria de Relações Internacionais, de que o jornal micalense *Diário dos Açores* é, sem dúvida, o mais completo repositório, dadas as particulares relações de amizade que uniam Botelho de Sousa a um dos Directores do matutino, Manuel Resende Carreiro, seu antigo companheiro de liceu em Ponta Delgada.

Julgo que seria interessante e oportuno proceder à compilação e edição anotada das suas crónicas que, escritas entre 1922 e 1953, cobrem três décadas decisivas para a compreensão das relações internacionais do século XX. Das quase seis centenas de artigos dados à estampa no *Diário dos Açores*, cerca de quinhentos constituem o que Botelho de Sousa designava de *Notas Internacionais*, enquanto que a restante parte incide sobre assuntos do foro exclusivamente marítimo publicados sob o título de *Crónica Naval*, e onde paira de forma incessante a sombra doutrinária do pensamento de Mahan.

Embora não seja especialista na matéria, nem no período, julgo que Alfredo Botelho de Sousa constitui uma referência singular no campo da História Militar e do pensamento estratégico português contemporâneo. Como professor, historiador ou propagandista, deixou uma obra bastante volumosa e dispersa, de que importaria fazer o elenco completo. A chave para a sua análise, aquilo que lhe confere unidade e identidade, são sem qualquer sombra de dúvida as teorias do almirante americano, cuja influência decisiva nos conflitos militares e nas estratégias de dissuasão deste século muitos autores têm posto em evidên-

cia<sup>16</sup>, mas que a Botelho de Sousa serviram sobretudo para, por um lado, explicar as razões históricas da decadência portuguesa enquanto império marítimo na transição dos séculos XVI-XVII e, por outro, para demonstrar, através da análise pedagógica desses erros, a necessidade imperiosa do Portugal ultramarino do século XX investir decisivamente no poder naval, de forma a consolidar as suas responsabilidades coloniais e a posição estratégica que detinha no Atlântico.

Prova conclusiva do que acabei de afirmar é o seguinte excerto de uma outra sua obra publicada no início da década de 40, os *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no mar e no além-mar*<sup>17</sup> - "As guerras da Restauração constituem um dos exemplos mais característicos, pela negativa, da influência do poder marítimo na História. *Se o grande Mahan pudesse ter conhecimento da história daquelas guerras, teria certamente sabido tirar dela os mais seguros argumentos para a sua tese*"<sup>18</sup>.

Esses argumentos caberá a Botelho de Sousa tirá-los numa clara demonstração do compromisso existente entre a sua produção historiográfica e a propaganda da função vital da marinha no quadro da defesa do espaço ultramarino português. Este seu timbre de estratega e propagandista confere-lhe uma posição particular no contexto das numerosas contribuições que muitos oficiais da Armada deram à historiografia da Expansão Portuguesa, na medida em que a erudição do investigador é aqui claramente subordinada ao propósito de que a "razão de ser da armada na defesa do país (possa) estar sempre presente no espírito dos que detêm a governação do país"<sup>19</sup>.

Em suma, lembrando o desastre da Índia e a volubilidade do império marítimo após a restauração de 1640, Botelho de Sousa dirige recomendações ao poder com os olhos postos na realidade colonial portuguesa do século XX. Dirige-as a Salazar e ao Estado Novo, em 1940, da mesma forma que o havia feito logo no início da 1ª República em 1912.

---

<sup>16</sup> Veja-se, por exemplo, a introdução de Alain Guillerm à sua excelente obra, *La Pierre et le Vent. Fortifications et Marine en Occident*, Paris, Ed. Arthaud, 1985, pp. 11-18.

<sup>17</sup> Publicadas em dois volumes por ocasião do duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal (Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940).

<sup>18</sup> *Ibid.*, vol.II, p.189 (sublinhados nossos)

<sup>19</sup> *Ibid.*, vol. I, p. 62.

Em todas está presente uma concepção imperial do espaço português, característica dos oficiais da Armada e que, apoiada na doutrina e ensinamentos de Mahan, reclama incessantemente dos governos um forte investimento na reestruturação naval. Trata-se, aliás, de uma velha questão, que já tinha sido alvo das farpas irónicas de Eça de Queiroz, num texto de 1871 intitulado *A marinha e as colónias* - "Mas, meus senhores, antes de tudo, nós não temos marinha ! Singular cousa ! Nós só temos marinha pelo motivo de termos colónias - e justamente as nossas colónias não prosperam porque não temos marinha ! Todavia a nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento."<sup>20</sup>.

É tempo de entrar no declive final desta já longa exposição, cuja preocupação fundamental foi a de sugerir uma perspectiva de leitura, entre muitas outras possíveis, da trajectória de Alfredo Botelho de Sousa. Gostaria também de sublinhar que estive sempre longe dos meus propósitos, proceder a uma bio-bibliografia exaustiva deste oficial açoriano da Armada portuguesa, cuja obra ampla não caberia, aliás, no espaço limitado desta comunicação. Sirva ela, contudo, para chamar a atenção sobre a importância de uma figura praticamente desconhecida fora dos círculos da corporação militar a que pertenceu. Muito fica ainda por dizer, mas não queria terminar sem dar resposta a uma expectativa porventura gerada pelo título do trabalho.

Efectivamente, qual é a ligação de Botelho de Sousa aos Açores para além do facto de ser natural da ilha de S.Miguel ? Deixando de lado a sua interessante colaboração na imprensa local, cujo tratamento e análise caberá a outros estudiosos mais qualificados no domínio das Relações Internacionais, a importância estratégica deste arquipélago no quadro imperial e ultramarino português foi uma questão naturalmente sensível no pensamento do historiador e do estratega, não obstante aparecer diluída no cômputo geral da sua obra historiográfica, que incide basicamente sobre os espaços do Oceano Índico e do Atlântico Sul. Assim, nos seus *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, dedica um capítulo inteiro à presença das frotas inglesas nos mares dos Açores em finais de quinhentos, mais tarde publicada em versão resumida no primeiro volume da revista do Instituto Cultural de Ponta Delgada, sob o significativo títu-

---

<sup>20</sup> Cf. José Maria Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Liv. Lello, 2ª ed., 1933, pp. 161-173.

lo de "Os Açores, campo estratégico para o ataque ao nosso comércio marítimo nos fins do século XVI"<sup>21</sup>.

Mas as reflexões de Botelho de Sousa na década de 30 acerca da posição estratégica dos Açores não se confinavam apenas ao domínio historiográfico nem ao passado remoto do império marítimo português no século XVI. Estendiam-se à actualidade e, numa lição inaugural da Escola Naval em 1932, o então recém-promovido Capitão de Fragata salientava nestes termos a relevância militar do arquipélago: "os Açores são a posição mais avançada da Europa sobre o Atlântico, gozando, por isso, de uma situação que os torna cobiçados como bases avançadas para operações de além-mar, tanto num como noutro lado do Atlântico (...) Numa luta que interesse as duas costas do Atlântico, a posse dessas posições é decisiva. Mas o seu valor foi ainda acrescido com a entrada em campo da aviação, não só como meio de acção militar, mas como meio de comunicação pacífica"<sup>22</sup>.

Botelho de Sousa, aliás, sempre foi um observador atento dos progressos da aviação e das suas implicações no que designava de *concepção unitária da guerra*, e também ao nível das repercussões do desenvolvimento desta nova arma no potencial geo-estratégico dos Açores. Neste sentido, o texto que publica no *Diário dos Açores* de 4 de Setembro de 1933, a propósito da célebre travessia aérea de três esquadrilhas da Força Aérea Italiana chefiadas pelo General Balbo, é altamente significativo, senão mesmo premonitório da futura utilização e disputa dos Açores como base aérea militar dos Aliados na 2ª Grande Guerra - " (...) mesmo que num futuro mais ou menos distante os Açores viessem a perder a importância que possuem como escala de aviação transatlântica, manteriam essa importância, ou vê-la-iam crescer, do facto da própria existência da aviação, ao tratar-se de operações militares. Esta importância torna-os um trunfo tão desejável numa guerra que temos por certo que eles constituirão um dos primeiros objectivos dos contendores que queiram dominar o Atlântico Norte".

---

<sup>21</sup> In *Insulana*, Ponta Delgada, vol. I, nº 4, 1945, pp. 477-489.

<sup>22</sup> Este excerto da sua lição inaugural em 1932, cujo título desconheço, é retirado do texto da conferência proferida por Botelho de Sousa numa sessão solene da Sociedade de Geografia, em 1946, comemorativa do 4º centenário da elevação de Ponta Delgada a cidade, de pronto publicada no *Diário dos Açores* sob o significativo título "Os Açores na vida do Império" (nº 20.267/20.271, 15 a 20 Maio 1946).

Dir-se-ia, e com isto termino, que as ilhas dos Açores eram já entrevistadas como navios de uma quimérica esquadra portuguesa que, apesar de ancorada para sempre ao fundo do Atlântico, dispunha de apetecíveis porta-aviões.

